

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ÁREA DE CONFLITOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA.**

SILVA, Rosa de Lourdes Barbosa

*UniGrendal Premium Corporate*

Este estudo tem como objetivo refletir a dicotomia existente entre teoria e prática na avaliação da aprendizagem, no cotidiano escolar, segundo os fundamentos teóricos de Hoffmann (1993, 1999); Luckesi (2002); Perrenoud (1999); Vasconcellos (2000) e outros estudiosos do tema. Para isso, a pesquisa contou com a revisão bibliográfica, tendo em vista saber como os teóricos delimitados apresentam o ato de avaliar na perspectiva de reflexão da práxis educativa, tendo em vista a necessidade de compreender a avaliação como meio visualizador das necessidades de aprendizagem. Buscamos neste trabalho evidenciar a necessidade de mais estudo, estudo e compreensão teóricas acerca do tema e sua utilização para além do mero diagnóstico das dificuldades de aprendizagem. Para uma mediação das necessidades de aprendizagem diagnosticadas, para a partir daí, procurar soluções pertinentes, aos “problemas” do percurso. Encontraremos também, reflexões sobre a importância de repensar a prática avaliativa no cotidiano escolar refletindo as ações metodológicas desenvolvidas no cotidiano escolar, sua eficácia ou não, na construção de conhecimentos necessários ao ano de estudo vivenciados pelos educandos, no processo de ensino aprendizagem dos educandos. A partir do levantamento teórico, concluímos que a dissociação existente entre teoria e prática nas ações avaliativas, ainda se faz presente nas instituições de ensino. E que tal prática não auxilia em nada, o aluno a superar os seus “erros” e as suas dificuldades, sendo portanto, compreensível e necessária a transformação de concepções avaliativas para além do quantificar em certo e ou errado, que em nada contribui para a uma melhor aprendizagem do educando.

Palavras - Chave: Educação, Avaliação, Prática, Aprendizagem.

### **INTRODUÇÃO**

Na constante busca de melhores resultados na aprendizagem escolar, pesquisamos os conflitos existentes entre teoria e prática de avaliação, no cotidiano escolar, no sentido de buscar respostas às nossas dúvidas e inquietações, acerca das causas dos elevados índices de crianças retidas, evadidas ou promovidas sem o mínimo de conhecimento exigido para ser aprovado na série ou ano de estudo. Sabemos que assim como nós, outros professores também se angustiam com as mesmas

dúvidas e inquietações por isso, somos instigados a pesquisar o tema, para saber porque as avaliações desenvolvidas no âmbito escolar, não tem contribuído satisfatoriamente para a construção de conhecimento condizente com a série ou ano de estudo que as crianças vivenciam. Ao mesmo tempo, buscar contribuir com reflexões acerca das ações metodológicas desenvolvidas, no que se refere às intervenções realizadas frente as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças. E chamar a atenção para redimensionar a prática pedagógica em função das necessidades dos alunos, voltando-se á construção de capacidades e ou habilidades necessárias a formação consciente dos educandos. Já que dentre os fatores que influenciam os baixos rendimentos escolares, a avaliação tem uma parcela significativa de culpa, uma vez que, fatos desfavorável a aprendizagem, acontece no cotidiano escolar, onde alunos são promovidos sem o mínimo de conhecimento exigido para seu ano de estudo, ou são retidos só porque são desobedientes, indisciplinados. Para isso, pesquisamos teóricos como Philippe Perrenoud, Pedro Demo Luckesi, Celso Vasconcelos, Jussara Hoffmann entre outros teóricos que fundamentam nosso trabalho. Encontraremos também, reflexões sobre a importância de repensar a prática avaliativa no cotidiano escolar, ações metodológicas desenvolvidas, sua eficácia ou não, na construção de conhecimentos necessários a série ou ano de estudo vivenciadas no processo educativo dos educandos, já que o professor tem sob sua responsabilidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania”(LDBN, Art. 22. P.17). Para isso, se faz necessário que as crianças tenham assegurado o direito de aprender vencendo em cada etapa de estudo as dificuldades encontradas no decorrer do processo e assim, ter garantido seu direito de aprender as capacidades necessárias a série ou ano de estudo que vivencia.

## **1- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ÁREA DE CONFLITOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA.**

A realidade educacional brasileira vem exigindo mudanças significativas no fazer educativo, e avaliativo dos educadores, e essa realidade vem sendo guiada pela nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Básica – LDB 9.394/96, que introduz importantes e significativas mudanças na educação em nosso país. Estas conquistas foram obtidas com o esforço e a participação da sociedade civil, sendo dividida em seguimentos a partir da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Ensino superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, com o objetivo de garantir formação básica a todos os brasileiros. No que se refere ao ensino fundamental, a LDB, traz entre outras mudanças, a eliminação do limite de idade para o ingresso ao ensino fundamental obrigatório, podendo qualquer brasileiro acima de dos sete

(7) anos, ter direito a esta etapa de escolaridade. Por ser direito público, garantido por lei. Porém nem sempre estas mudanças veem sendo implantadas no fazer pedagógico em nossas escolas visto que ainda são evidentes ações desvinculadas dessas inovações oriundas da nova LDB. Há anos se ouve falar da importância de se promover consciência crítica dos educandos, com vistas á capacitação dos mesmos no desenvolvimento social, no entanto, nem sempre o professor tem essa consciência construída em cursos de formação continuada, em que se constroem metodologias com bases teóricas bem definidas para subsidiar sua prática. Sem estudos reflexivos da ação pedagógica sobre a avaliação, fica fragmentados o fazer pedagógico dos professores. Para que haja transformação, é preciso que o educador seja imbuído de ações inovadores e de subsídios teóricos em constante formação para que, comprometido com a formação cidadã do educandos possa encontrar saída substancial para os problemas que se apresentam no atual momento educacional brasileiro. Vivemos hoje uma turbulência de concepções educativas e avaliativas, uma vez que nem o tradicional foi esquecido, nem o novo modelo, progressista se firmou. Porém, para desenvolver ações mais progressistas, é preciso que os educadores reflitam criticamente suas concepções educativas, para situar-se como mediadores do processo de construção de conhecimento, vendo a escola como espaço desse construir consciente do saber. Teles, (2001, p.75) nos diz que “O construtivismo é uma nova posição diante da vida, do mundo, da natureza humana, que implica a dialética, o amor, o respeito e a liberdade”. E essa posição da qual fala a autora, é que se faz necessário á todos os educadores no sentido de transformar arcaicos paradigmas educacionais que oprimem, classifica e reprova nossas crianças no cotidiano escolar. Não é a curto prazo, que essa prática vai ser esquecida, pois ela vive arraigada em nossas ações, não só metodológicas, mas, cultural, social e política. (Vasconcelos, 200, p.35) ilustra esse pensamento quando diz : “ Um sério problema que afeta os educadores em geral é a distancia entre a teoria e a prática”. A falta de compreensão advinda de formações deficientes, sobre o construtivismo, levam os educadores ao desenvolvimento de ações que contradizem na prática o que aprenderam na teoria. A nosso ver só através de muita reflexão é que essas transformações se firmarão em nosso cotidiano com segurança. É preciso cuidado quando se trata de mudanças, para não comprometer toda a prática, pois sabemos que o novo não se faz sem o velho, para isso deve-se ir buscando deixar de lado posturas que não contribuam com o atual momento educativo e, refletir constantemente sua prática educativa, pois como diz Moretto (1999, p. 94), “O ensinar, um dia, já foi concebido como o transmitir conhecimentos prontos e acabados, conjunto de verdades a serem recebidas pelos alunos, gravadas e devolvidas na hora da prova”. Porém isso deve ser visto como prática do passado, porque o

mundo evolui a cada instante e não se concebe mais essa visão de ensino centrado no repasse de conteúdos descontextualizados, nos dias atuais. Outro fator que contribui para que não haja mudanças nas ações educativas tem sido a falta de reflexão por parte do educador com a sua prática cotidiana. E a não reflexão leva a uma tomada de decisão não favorável ao processo de ensino aprendizagem, neste sentido, às mudanças pretendidas, no nível de conhecimento dos educandos não aconteçam, deixando um grande número de crianças sem o seu direito básico de aprendizagem. Apesar dos esforços empreendidos pelos envolvidos na educação, somos surpreendidos a cada dia com elevados índices de repetência, que por sua vez causa a evasão de muitos de nossos alunos que, frustrados não conseguem a formação garantida na (LDBN. 9.934/96). E aí, de quem é a culpa? Sabemos que não resolve ficar procurando culpados, e sim, unidos professores, pais, alunos e todos os envolvidos direta ou indiretamente com a educação procurar de mãos dadas com os mesmos sentimentos de transformação, buscar os meios necessários à construção de uma educação que realmente forme cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação da sociedade que aí está. Porém, para que a educação consiga as transformações sonhadas, é preciso que o espaço escolar seja espaço de interação, pois como salienta Esteban, (2001, P. 36). “Como a teoria e a prática estão em interação dialética e dialógica, nosso olhar está impregnado da teoria que dispomos”, [...]. Neste sentido, se faz necessário uma avaliação que acompanhe o processo de ensino aprendizagem, através de ações investigativas, pois assim a avaliação deixa de ser instrumento de punição e passa a ser momento de aprendizagem para os alunos e instrumento diagnóstico no processo educativo. Sendo aplicada para ajudar nas decisões a partir da verificação contínua dos conflitos e dificuldades dos alunos, que farão com que o professor reflita sua prática de forma a ajudar na aprendizagem e no ensino, com vistas a modificar o triste número de repetentes existente nas nossas escolas. Moretto, (1999, p. 95) enfatiza bem nosso pensamento quando diz que, “[...] a construção do conhecimento é um processo interior do sujeito de aprendizagem, estimulada por condições exteriores criadas pelo professor”. Concordamos com o que fala o autor. E por isso devemos saber mediar esta construção para pelo menos, minimizar estes índices de repetência e evasão escolar, que entre outros fatores é provocado por uma educação reguladora e “bancária” que faz dos alunos depositários de conhecimentos apresentados como verdade absoluta, como também, por concepções postas em prática como modismo, sem o devido preparo e formação dos educadores, que tanto se faz necessário no momento social em que vivemos.

Para vencer estas barreiras observadas no cotidiano escolar, é preciso que o professor seja capaz de satisfazer as necessidades de aprendizagem, com metodologias de ensino que levem em consideração as adversidades dos alunos, incentivando-os a desenvolver seu potencial, a partir de suas experiências, sendo mediado pelo professor para uma aprendizagem útil as crianças. Para não está fazendo como diz Cury, (2003, p.71) “[...] multiplicamos o conhecimento, mas não os homens que pensam”. Pois muitas vezes é com a preocupação de enfiar conhecimento pronto nas crianças que vamos para a sala de aula, esquecendo que o conhecimento é construído pelos sujeitos, e não repassados. Neste sentido se faz necessário, pôr em prática, ações voltadas á valorização da aprendizagem dos alunos e sua realidade, como também conceber a avaliação como importante ferramenta da ação docente que pode ser vista como meio de redimensionar o ensino, respeitando as necessidades de aprendizagem dos alunos, sendo flexível, já que a função é ajudar o aluno a aprender, estando a serviço do ensino aprendizagem. A avaliação pode contribuir para diagnóstico e análise das dificuldades das crianças como também, reorganizar procedimentos metodológicos, com o objetivo de encontrar o caminho do saber pela reflexão da práxis educativa. Hoffmann, (1999, p. 107) diz que, “Uma prática libertadora de avaliação não exige obrigatoriamente uma evolução de métodos e técnicas, mas uma compreensão diferenciada do seu significado, uma consciência crítica de nossas ações”. É preciso nos apropriar de novos paradigmas educacionais que venham beneficiar o aluno e o professor no processo fazendo com que a escola cumpra seu papel na sociedade, que é a formação de cidadãos capazes de atuar plenamente contribuindo para a transformação ética e responsavelmente.

Devemos buscar compreensão teórica na perspectiva de mudança da prática de avaliação para que possamos nos pautar de subsídios capazes de construir mudanças e recuperar o verdadeiro papel da escola na formação dos alunos. Como faz parte do cotidiano do aluno, a avaliação precisa superar práticas ultrapassadas, a fim de melhor subsidiar a aprendizagem, de forma que não prejudique o aluno, mas que o leve a construir conhecimentos sólidos, superando conflitos, no decorrer do processo de aquisição das habilidades necessárias ao seu ano de estudo. Como etapa de acompanhamento do progresso e dúvidas do aluno, a avaliação deve percorrer o caminho do aluno e diagnosticar os níveis de seu desenvolvimento. Além de ser um instrumento significativo de análise e reflexão da ação pedagógica desenvolvida, guiando decisões a serem tomadas no processo educacional. Entendemos que devemos vê a avaliação como meio de visualizar as dificuldades dos alunos, como também as do professor ao ministra o ensino. Demo (2002, P. 2), diz que “[...] a avaliação só faz sentido se favorecer a aprendizagem”. Concordamos com o autor, porque á medida

que a avaliação não mostra as dificuldades tanto da aprendizagem como do ensino, não há aí avaliação, mas sim um faz de conta, que em nada contribui com a qualidade da educação em nosso país. Se utilizarmos a avaliação como instrumento de uso exclusivo á aprovação ou a reprovação, estaremos contribuindo com a exclusão e as desigualdades sociais e ao mesmo tempo escondendo nossa incapacidade pedagógica e ignorância avaliativa que tantos problemas causam a educação das nossas crianças.

Refletir a prática é compreender o que lhe confere a responsabilidade de gerenciar momentos de aprendizagem satisfatória aos educandos, sendo necessário está aberto ao processo de inclusão, respeitando as diversidades existentes, construindo juntos os saberes, como define Paulo Freire (1996, p. 23). “[...] Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender”. Esta dialética dinâmica da qual fala Paulo Freire, é o que deve ser internalizada pelos educadores a fim de compreender a importância deste processo para a construção e reconstrução de ambos os envolvidos no ato de aprender. “Avaliar para saber dos problemas, sabendo dos problemas saber intervir em favor da recuperação do aluno”. O professor deve definir entre a manutenção e a transformação social, assegurada pela concepção educativa e avaliativa que desenvolve uma vez que, “Ninguém consegue equilibrar-se pessoal e socialmente se, se sente obrigado a defender determinados princípios e ideias e, ao mesmo tempo vivenciar o contrário do que se pensa”. (Romão, 1999, p. 59). E nesta trajetória educativa, a avaliação deve ser entendida como espelho pedagógico revelador das imperfeições que precisam ser corrigidas no decorrer da caminhada rumo a construção do saber.

### **1.1- PROCESSO DE EVOLUÇÃO DAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS AVALIATIVAS:**

O processo de evolução das concepções e práticas avaliativas tem sido ao longo da história, uma atividade humana provocadora de mudanças de uma pessoa, de uma ação, ou de um objeto. Neste sentido, cabe situarmos a avaliação como um instrumento da atividade educativa surgida a partir das primeiras décadas do século XX, concretamente a partir dos anos trinta com o trabalho de Ralph Tyler, em que introduziu o termo “avaliação educacional”. Porém já existia avaliação exercida antes mesmo dos estudos de Tyler, com outros fins. Com este processo evolutivo no que diz respeito aos estudos da avaliação, não deixou de crescer até nossos dias, entre os educadores que de certa forma preocupados com a qualidade da educação vêm se interessando pelo tema, associando-a como um conjunto de atividades teórico prática que deve ser levadas em consideração no desenvolvimento de experiências avaliativas para que se possa melhor avaliar nossas crianças.

Com o intuito de alcançar melhores objetivos, a avaliação em seu processo evolutivo adota várias modalidades e funções conhecidas como: periódica, contínua, classificatória, diagnóstica, somativa e formativa. Miras e Solé, (1996, p. 378) afirmam que, “Tanto a avaliação diagnóstica como a somativa ou classificatória exercem função reguladora”. Concordamos com as autoras, por entendermos que é uma das funções da avaliação, ou seja, realmente regular o ensino aprendizagem através dos resultados recolhidos na avaliação a fim de decidir novas ações metodológicas. As autoras citadas dizem ainda, que ambas as funções avaliativas têm o objetivo de assegurar que as características dos alunos correspondam às ordens do sistema de ensino. O que em nossa opinião é verdade, pois em relação às modalidades de avaliação todas elas tem funções e objetivos diferentes, e cada uma atende às necessidades diferentes tanto do ensino, quanto da aprendizagem no processo escolar. Um grupo de pensadores educacionais vem introduzindo ideias construtivistas de ação pedagógica, buscando melhor a prática educativa e educativa centrada na domesticação e na classificação injusta, que pune sem dó nem piedade os alunos em seu processo educativo. E a partir dos pensamentos de Vigotsky, que a avaliação vem sendo entendida como instrumento importante do processo de ensino aprendizagem dos alunos, no sentido de reorganizar e planejar ações educativas a partir das reflexões feitas no momento avaliativo. Na prática cotidiana, o processo de evolução das concepções avaliativas encontra resistências. E por isso sabemos que uma consciência de mudança do pensamento avaliativo, precisa ser enraizado nos princípios que norteiam às políticas educacionais, num processo coletivo em que todos possam participar do projeto político pedagógico da escola, a fim de tornar a avaliação instrumento de estímulo ao desenvolvimento do aluno. “A avaliação como ato de reconstrução se constitui em um processo formativo para as professoras, articulando dialeticamente reflexão e ação, teoria e prática, contexto social, ensino e aprendizagem, processo e produto, singularidade e multiplicidade, saber não saber, dilema perspectivas”. (ESTEBAN, 2001 p. 12) Neste sentido, o processo evolutivo das concepções educacionais vem buscando reconstruir o modelo tradicional de avaliação, através da conscientização dos educadores para mudanças de ações e posturas centradas na verificação de provas e testes, para punir e castigar os “indisciplinados”, que sem perspectiva perdem a auto-estima e não conseguem o sucesso nos estudos. Neste panorama, vemos como é necessário o repensar do modelo tradicional de avaliação para refletir a atuação dos membros da sociedade, para que vejam que a educação não pode mais ser a de vinte, trinta anos atrás. O momento atual não concebe o educando como “tábua rasa”, “papel em branco” no processo educativo, mas sim, como ser autônomo e participativo do seu fazer educativo. E com esta proposta de evolução do ensino, se

faz necessário o abandono de práticas pedagógicas autoritárias e conservadoras da ordem social. Internalizando e buscando posturas de uma prática que levem a uma educação voltada á construção e não a reprodução do conhecimento. “E a avaliação diagnóstica será com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade.” Luckesi (2000, p. 44). Nessa relação recíproca, educador e educando são sujeitos atuantes do ato de apropriação de conhecimentos, sendo importante o diagnóstico feito com a intenção de tomar decisões pedagógicas sobre o que foi diagnosticado, positivo ou negativo, para planejar novas situações de aprendizagem em que se leve em consideração o diagnóstico obtido. Neste repensar avaliativo diagnóstico deve-se, considerar as competências, capacidades e ou habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos no ato avaliativo, uma vez que estas competências levarão o aluno a atuar conforme as exigências sociais, de um mundo de conhecimentos globalizado. É preciso tomar decisões, sobre quando e como se aplicar o conhecimento adquirido, sendo necessário que a avaliação não veja só os avanços e dificuldades do conteúdo ensinado, mas sim, as habilidades e competências, que o educando consegue desenvolver, tornando assim, a avaliação, mecanismo de desenvolvimento de habilidades nas pequenas atitudes tomadas, no caminho rumo a aprendizagem, já que, “Boa escola não é a que ensina coisas, mas a que permite a superação da curiosidade ingênua, para a curiosidade epistemológica” (FREIRE, apud, ROMÃO, 1999, p. 44 ). Esta superação só poderá acontecer por meio das habilidades e competências que devem ser valorizadas no decorrer do trabalho avaliativo do processo ensino aprendizagem, a partir daí, proporcionar condições do aluno aprender o que será necessário para sua vida. Como podemos constatar, vem sendo crescente, na prática, a preocupação de refletir a práxis avaliativa observando parâmetros que não se limita apenas em verificar avanços e dificuldades da área cognitiva, mas partir dessas observações para tomar decisões eficazes no percurso de transposição e aquisição de conhecimento levando em consideração os aspectos que constitui o desenvolvimento humano. Pois através desses aspectos, dentre eles o sócio cultural, o aluno sofre influencias que irão refletir no seu desenvolvimento cognitivo. No desenvolvimento avaliativo. Prado de Sousa, (1997, p. 47) diz que, “[...] se avaliação com o objetivo de identificar as razões dos obstáculos e êxitos dos educandos no sentido de responsabilizá-los á assumir compromissos com seu crescimento e não apenas para inteirar-se dos sucessos e insucessos dos mesmos”. Estamos de acordo com a autora, porque devemos ver este momento como mais um momento de aprendizagem e não como momento de verificação.

Sabemos que a transposição didática é um processo complexo, já que são poucos os educadores interessados em conhecer e colocar em prática o que aprendem nos cursos de formação continuada, por medo, comodismo ou descrédito. E continua com discursos dissociados da prática como bem afirma Romão, (1999, p. 60), “[...] Não estaria entre eles a assunção de um discurso institucionalmente progressista e uma prática inteiramente conservadora?”. Assim como enfatiza o autor, percebemos que essa dicotomia é tão presente no cotidiano escolar! Não somos obrigados a saber tudo, mas, somos obrigados a saber desenvolver metodologias que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Neste sentido, o fazer pedagógico deve ser refletido constantemente para que os educadores possam ter postura e atitudes de transformação, conscientes de novos paradigmas que dissipe do espaço escolar o fracasso causado pela reprovação, evasão e repetência, principalmente nas séries iniciais das nossas escolas. (Demo, 2002, p.76) diz: “O problema crucial da avaliação nunca foi a nota, mas sim a cabeça do professor”. O fazer pedagógico, a prática avaliativa deve ser acompanhada de momentos de reflexão constante do processo, na trajetória da aprendizagem, sendo preciso vê-la como instrumento de auxílio educacional, tanto do aluno quanto do professor, onde a observação seja notadamente planejada para percorrer novos caminhos, comprometidos com o crescimento, sem o objetivo de promoção e classificação que tantos “fracassados” produzem.

Necessário se faz que o professor priorize a avaliação como instrumento que auxilia o seu trabalho pedagógico, sendo um elemento indispensável ao processo educativo, que possibilita o professor a organizar e planejar situações de aprendizagem que produza avanços. Temos a cada dia constatado inovações no fazer avaliativo dos educadores, mas se as inovações não forem internalizadas nas ações concretas dos educadores nada irá mudar. Pelo contrário irá camuflar a realidade por vezes desastrosas do ensino, que tem se mostrado incapaz de dar conta da aprendizagem dos alunos, que sem perspectiva, elevam as estatísticas do fracasso escolar. A avaliação como instrumento valioso no fazer pedagógico, não tem sido vista, por grande parte dos educadores, com a devida atenção aos limites e contribuições que a mesma pode causar. Sendo classificatória e injusta? Pelo que conhecemos das concepções avaliativas, podemos afirmar que em nosso fazer educativo ainda persiste a prática tradicional de avaliação, uma vez que, não se muda totalmente uma corrente de pensamento secular formado de uma hora para outra. É fundamental refutar ações inerentes á avaliação no sentido de classificar por classificar, É preciso haver equidade e imparcialidade ao se emitir um juízo de valor, porque muitas vezes, esse valor pode não mostrar as reais dificuldades de aprendizagem. Sendo, portanto uma avaliação que não avalia, mas que classifica sem critérios. Entendemos que a avaliação deve ser útil ao desenvolvimento de

habilidades. E que por isso seja o avaliar um meio que classifica “[...] com sentido explicitamente pedagógico”, (DEMO, 2002, p. 18). Um classificar que valorize o “erro” do aluno para a partir daí, planejar e desenvolver atividades metodológicas para reconstruir conhecimentos. Esteban, (2001, p. 131) fala que, “O não saber em diálogo com o saber se torna um estímulo para novas aprendizagens”. E assim, o “erro” não é amostragem de não aprendizagem, pois apresenta subsídios riquíssimos, para busca de novos caminhos avaliativos, a fim de que coletivamente os envolvidos no processo educativo cheguem ao desenvolvimento de novos conhecimentos. Com esse pensamento, é fácil o rompimento da prática tradicional de avaliação, que enfatiza o ensino centrado no conteúdo “dado”, desconsiderando a aprendizagem do aluno. Assumindo uma prática que prioriza a construção do aluno. Deixando fluir momentos de interação com o conhecimento, que se faz necessário ao seu processo educativo, respeitando seu nível, apoiando-o, questionando-o sobre suas dúvidas, e levantamento de hipótese, no sentido de construir e reconstruir coletivamente o processo ensino aprendizagem no interior do espaço escolar. A prática avaliativa, não deve se limitar a medir, “erros” e acertos, mas sim, ampliar as ocasiões de reconstrução entre professores e alunos, sendo mediados conjuntamente pela dialética que envolve a subjetividade dos envolvidos para que as habilidades sejam desenvolvidas para maior integridade das crianças ao meio ao qual está inserida. Vivemos momentos de conflitos entre teoria e prática pedagógicas e avaliativas, por isso sabemos que é ainda difícil para o professor lidar com este momento no seu fazer pedagógico, sendo compreensíveis certas ações vivenciadas no cotidiano escolar. Neste processo é preciso estar aberto e buscar uma prática que privilegie também o não saber do aluno, como fonte de novos caminhos, para as descobertas pelo aluno. Com ênfase Demo, (2002, p. 45), “Avaliar para saber dos problemas, sabendo dos problemas saber intervir em favor da recuperação do aluno”. caminhada rumo a construção do saber. Muitas vezes a prática é dissociada da teoria, por falta de reflexão sobre o processo avaliativo, e falta de humildade em reconhecer que precisa mudar identificando os problemas apresentados no fazer pedagógico. A escola como espaço pluricultural, deve sempre estar voltado para a valorização do que o aluno apreendeu não em relação ao que aprendeu dos conteúdos recebidos, mas o que ele com suas hipóteses e ideias, possa ter se apropriado, pois sempre que o aluno toma decisões, estará sendo autônomo, e este momento de autonomia se faz necessário a construção de cidadãos capazes de melhorar seu meio.

Pensando e repensando o momento avaliativo atual, o educador tem sob sua reflexão a possibilidade de visualizar problemas de aprendizagem dos educandos, como também de sua prática pedagógica, onde tem inteira liberdade de decidir o que fazer com o diagnóstico feito,

compreendendo os limites e os anseios dos alunos, e usar o bom senso para se posicionar a favor de ações que favoreçam o interagir das crianças com o objeto de conhecimento. Atitudes de pesquisador deve está presente nas ações dos professores, no cotidiano escolar, com o objetivo de compreender a complexidade do processo ensino aprendizagem, e não se limitar a dar notas para atender ao sistema de ensino. Evidenciamos no atual momento educacional, ações coletivas voltadas a oportunizar momentos de articulação coletiva de reconstrução do ato de aprender, uma vez que deve o educando ser visto como uma pessoa em processo de crescimento e junto com ele continuemos a resgatar, recriar e reorientar o saber qualquer que seja sua social e sua cultura, pois o que se pretende no ato avaliativo, é o entendimento de que a prática da avaliação não deve ser vista como um modismo, e sim instrumento capaz de revelar as dificuldades, para reorientar a ação-reflexão-ação, pois o professor não deve ver a avaliação como arma, mas como objeto de construção, devendo pois ser discutida e refletida para vivenciarmos as transformações tão esperadas por todos os que fazem a educação. Não queremos afirmar que a melhor forma de avaliar é essa ou aquela forma, mas o momento educacional vigente não concebe mais certas atitudes diante de um fenômeno tão importante para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, como a educação. Cremos que só através de mudanças profundas em todo sistema educacional, é que teremos uma só pratica avaliativa, da educação infantil a universidade. Precisamos de educadores preparados e em constante formação para que possa se posicionar pela escolha da modalidade e do instrumento que melhor atenda as necessidades de aprendizagem dos alunos considerando as potencialidades individuais das crianças. Esteban, (2001, p. 162) diz que, “[...] professores necessitam se capacitar cada vez mais como pesquisadores de sua prática, para encontrar respostas possíveis e respostas adequadas”. Respostas que precisam sempre vir de momentos de reflexão de ações desenvolvidas a fim de se voltar a construção de uma aprendizagem significativa. Explorando adversidade existente, para a formação de atitudes respeitosa á pluralidade cultural dos alunos, contribuindo para minimizar os sentimentos de “fracasso escolar”, que tantos males causam aos educandos. Dentro desse pensamento formativo de avaliação deve está claro no professor o desejo de sempre diagnosticar o que precisa ser trabalhado no aluno, respeitando tal individualidade e não saber do mesmo a fim de fazê-lo refletir seus “erros”, para autonomamente dirigir suas aquisições.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A prática educativa atual, motivada por abordagens já ultrapassadas, tem deixado sérios resultados negativos, o principal deles é o déficit na aprendizagem dos alunos; selecionar,

classificar e julgar não fortalece em nada no desenvolvimento cognitivo do aluno. Nessa perspectiva, “É preciso avaliar o aluno por aquilo que reconstrói pessoalmente. Sendo aprendizagem processo, não pacote adquiridos, realiza-se no processo de reconstrução permanente.” (DEMO, 2002. p. 50). Não só o aluno irá aprender, ambos se tornam ativos neste processo, o professor também fortalece e promove dentro da escola o progresso de si dos alunos e da instituição a que serve a partir da teoria pedagógica e avaliativa escolhida. E assim, a educação caminhará por um viés mais qualitativo, quando professores receberem uma boa qualificação e assumirem uma postura didática reflexiva que confronte com o conservadorismo das escolas. A avaliação não pode ser vista ou analisada fora do contexto do trabalho de ensino e aprendizagem, fora da organização curricular. Ela é ação constituinte desse trabalho e dessa organização. Por isso é que não há sentido num processo avaliativo que não seja contínuo e formativo. Tendemos a achar impossível uma avaliação justa e democrática, contínua e formativa, que atenda a essa exigência de transformar em números os resultados apresentados por nossos estudantes.

O que se pretende, é compreender que o homem aprende por meio da interação com o ambiente, e ao passo que vai para escola, é possível que o mesmo cresça a partir de diálogos com professores. Os alunos podem apresentar seus desejos de aprender e a escola será o espaço de mediação e interação com o que busca complementar o conhecimento apreendido, portanto, não pode ela servir a um sistema tecnicista e tradicional, afinal não se conclui, nessas perspectivas, o processo de aprendizado que é eternamente dinâmico. Então, para haver uma mudança no procedimento de avaliar e de ensinar, buscou-se com este trabalho, evidenciar a importância de vivenciar na prática, teorias da avaliação que valorizem o diagnóstico como ponto de partida para redirecionar ações pertinentes ao desenvolvimento das habilidades da criança.

#### **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:**

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Atualizada até 19/3/2015. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara - Brasília | 2015

DEMO, Pedro. MITOLOGIAS DA AVALIAÇÃO: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas, 2. edição. Campinas SP. Autores Associados. 2002.

ESTEBAN, Maria Tereza. O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e o fracasso escolar. Ed. DP & A, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa. 28 edição. Ed. Paz e Terra, ( Coleção Leitura). 1996.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré – escola á universidade. 16. ed. Mediação; Porto Alegre.1993.

\_\_\_\_\_. Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. 27 edição. Mediação. Porto Alegre. 1999.

\_\_\_\_\_. Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Ed. Mediação. Porto Alegre.1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 10. edição. Ed. Cortez; Instituto Paulo Freire . São Paulo, 2000.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas, Editora DP & A, In. Coletânea de textos didáticos do cursos de Especialização em Educação Básica II. UEP. Módulo VI, 2006.

PERRENUOD, Philipe. Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Artes Médicas, Sul, 1999.

PRADO DE SUOSA, Clarilsa. (org). Avaliação do rendimento escolar, 6. ed. Campinas: Papirus, 1997. In. coletânea de textos, do curso de Espacialização em Educação Básica III. V.VI. UEPB. 2006.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. Guia da escola cidadã 2. Instituto Paulo Freire. Cortez, 1999.

VASCONSELOS, Celso. Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudanças por uma postura transformadora. Ed. Loiola. São Paulo. 1999.